

O Cósmico e o Territorial: Ordens de Mundo e Léxicos contemporâneos no Brasil e na América Latina

Sandoval dos Santos Amparo

Geografia Humana e Ensino de Geografia da

Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais

Universidade do Estado do Pará – Campus VII Conceição do

Araguaia

Resumo: Este ensaio foi elaborado como para o registro de candidatura do autor ao Programa de Estágio Pós-Doutoral junto à Universidade de Coimbra. Tendo por oportunidade o convite do Núcleo de Estudos Brasilidades e Africanidades da Universidade Federal do Espírito Santo, na pessoa de Jurema Oliveira, para participar da III Feira Literária Brasil-África de Vitória-ES, decidi realizar pequenas alterações e transformá-lo no mote para o evento, haja visto que ele apresenta o síntese do que tenho produzido até o momento, em termos de pesquisa teórico-metodológica sobre ancestralidade e território no Brasil. Com efeito, discorro sobre duas ordens: i) a *Desordem Territorial Indigenista* e ii) a *Ordem Cósmica Ameríndia*, respectivamente, que concorrem para o agenciamento e a alienação do cotidiano dos indígenas. Apresento os léxicos territoriais a serem investigados, que emergem seja desde o próprio movimento indígena latinoamericano, forjados seja na re-existência indígena às diversas etapas e regimes históricos de expansão da territorialização, sejam o histórico colonialismo interno e neocolonialismo, seja pela via do diálogo entre os saberes ancestrais mitológicos e a etnologia. **Palavras-Chave:** Epistemologia, Colonialismo, Geograficidade, Povos Indígenas, desterritorialização.

Abstract: This paper is made as a necessary document for apply to the Post-Doctoral at the University of Coimbra, Portugal. However, with short modifications, I decided to change it in the subject to the Africa-Brazil Literature Symposium, after invitation by Jurema Oliveira, from the Brazilian and Research African Center at the Espírito Santo Federal University, Vitória, Brazil. It's describes the two world's orders analysis, the *Indigenist Territorial Order* and the *Cosmic Amerindian Order*, respectively, that concurs to agency and alienation of the daily. It presents the territorial lexicon to research, extracted for the indigenous re-existences against the historical approach by territorialization, been the internal colonialism and the new colonialism, be by the ancestry and the knowledge ethnological dialogue.

Keywords: Epistemology, Colonialism, Geograficity, Indigenou People, territorialization process.

O CÓSMICO E O TERRITORIAL: ORDENS DE MUNDO E LÉXICOS CONTEMPORÂNEOS NO BRASIL E NA AMÉRICA LATINA

Sandoval dos Santos Amparo¹

PRIMEIRAS PALAVRAS

Os povos indígenas que vivem atualmente vivem no território nacional do Brasil, em áreas demarcadas, nos termos do artigo 231 e 232 da constituição da Republica Federal do Brasil, de 1988. Entretanto, as questões afetas a estes sujeitos certamente refletem um conjunto de questões mais amplas, que dizem respeito às narrativas e a representações que tornam o indigenismo – ao mesmo tempo, um pensamento, uma política e uma ação, como mostrou o Prof. Antonio Carlos de Souza Lima – um espaço social em disputa, no interior da sua própria agência.

Objeto desta disputa, o *devir* indígena, o projeto que leva a lenta e gradual transformação dos indígenas de nações a povos e/ou hordas, impossibilitando o debate sobre o aspecto nacional destas lutas, sobretudo nos casos onde a política indigenista se confunde com uma política fundiária (orientada para a atividade “produtiva”) ou de reservas (o etnodesenvolvimento). Com efeito, se a Constituição se-lhes assegura o direito à manutenção e a reprodução de seus valores físicos e culturais, esta resta bastante comprometida ante o atual modelo de desenvolvimento e sua crise sistêmica.

I – POVOS INDÍGENAS, SUAS LUTAS POR ESPAÇOS E ESPAÇOS DE LUTA: UMA AGENDA DE PESQUISA

Percurso teórico-epistemológico

Diante da acrítica e descuidada adesão aos termos do multiculturalismo e seus léxicos, descobre-se, por fim, que a generalidade ou universalidade de seus meios estão subordinados

¹ Geógrafo. Professor de Geografia Humana e Ensino de Geografia (de 2014 ao presente) do Departamento de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade do Estado do Pará (Campus VII), Conceição do Araçuaia, Pará, Brasil onde realiza e atividades ensino, pesquisa e extensão, nas áreas de Geografia Humana e Etnologia Ameríndia. É pesquisador do Grupo de Pesquisas *Territorialização Camponesa na Amazônia*, coordenado por Prof. Dr. Fabiano Bringel e Profa. Dra. Catia Macedo. Doutor em Geografia (junho de 2019), pela Universidade Federal Fluminense; Mestre em Arquitetura e Urbanismo, Brasília; Bacharel (2006) e Licenciado (2004) em Geografia pela Universidade Federal Fluminense. Geógrafo da Fundação Nacional do Índio (2004-2015), participando relevantes atividades indigenistas e realizando inúmeras atividades de campo nas aldeias e terras indígenas de todo o país, inclusive no combate a atividades de garimpo e desmatamento.

aos fins de sujeitos hegemonicamente situados na escala do poder global. Afim de situar os povos indígenas nestas escalas de poder, tentei investigar, ao longo dos últimos anos, diversos pontos desta disputa, chegando aos seguintes temas publicados ou no prelo (ver referências bibliográficas):

- a) *A invisibilidade dos povos indígenas na Geografia* (2007), (onde ao menos, discutia-se natureza e cultura);
- b) *Questão Indígena como questão urbana* (2009)
- c) *Indigenismo como Territorialização: Introdução ao sobre a forma da aldeia* (2010);
- d) *Sobre a organização espacial dos Kaingáng, uma Sociedade Indígena Jê meridional*, Dissertação de Mestrado (2014), publicada em livro (2015)
- e) *O lote e a maloca: Territorialização indigenista, mudanças no saber – fazer arquitetônico e a evolução da paisagem nas aldeias indígenas. um estudo de caso a partir dos kaingáng, onde esboço uma distinção entre estes espaços e a territorialização* (2016).

Escrevi ainda, as seguintes produções, todas elas orientadas para a interpretação da realidade dos conflitos territoriais no Brasil, e em particular nas *Terras Baixas da Amazônia e Brasil Central*, duas das mais importantes regiões etnográficas do Brasil indígena.

- f) *Por ruma Geografia Ativa Amazônida: Plano de Trabalho para o Ensino de Geografia no interior da Amazônia a partir de Milton Santos* (2013), esboçado como plano de trabalho para a para o concurso da Universidade do Estado do Pará, e em seguida, publicado em revista.
- g) *Ambientalismo, Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais: Aspectos Políticos e Sócio-Territoriais* (2014); reflexão originalmente produzida pela Profa. Dra. Suely Mascarenhas, da Universidade Federal do Amazonas, par integrar um livro com resultados de pesquisas realizadas através de um projeto de pesquisa por ela coordenado e do qual fui colaborador, sobre *Qualidade de Vida, Justiça Social, Democracia, Bem Estar Social, Sociedade e Ambiente em contextos amazônicos*. Em função de atraso n edição do livro, submeti o mesmo ensaio para a importante Revista do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Pernambuco, situada em Recife, onde nasceu o importante geógrafo Josué de Castro, onde foi

publicado em 2014. Quase dois anos depois o mesmo texto seria, finalmente, publicado no livro da Professora Suely.

Espiral da pesquisa: conceituando a desordem

Se toda a produção anterior já parece ser de grande relevância, sobretudo porque tais contribuições passaram a ser bastante utilizadas pelos pesquisadores interessados pela investigação sobre as formas ancestrais de organização do espaço ameríndio, bem como sobre a situação contemporânea destes sujeitos sociais. Ora, um observador atento logo perceberá que as questões colocadas acabam por repercutir o direito à cidade por parte dos indígenas, sobretudo o textos, por assim dizer, *morfológicos* (sauerianos...), em particular *Questão Indígena como Questão Urbana; Indigenismo como Territorialização: Introdução ao Estudo sobre a forma da Aldeia e O Lote e a Maloca*. Ousaria dizer que são os mais enfáticos em relação a método e objeto.

Entretanto, pessoalmente afetado pela violência dos conflitos na Amazônia, ao ingressar no Curso de Doutorado, sob orientação do prof. Marcio Pinom, e sob forte impacto das leituras dos livros *O Mito da Desterritorialização* e *Viver no Limite*, do Prof. Rogério Haesbaert. Com efeito, a precarização foi o mote. E no entanto, logo ela se mostrou desordem, caos sistêmico (*Wallerstein*). Insisti na pesquisa sobre a precarização territorialo contemporânea vista desde a precarização do indigenismo, segundo os percursos, estabelecidos nos Seminários Acadêmicos do curso de doutorado, ambos realizados em Niterói, respectivamente em janeiro e novembro de 2016. Embora tenham circulado versões acadêmicas destes trabalhos, compartilhada a pedido de amigos, logo após defender a tese de doutorado (em 2019), por serem muitas as referências a estes trabalhos, decidi submetê-los para publicação em revistas acadêmicas indexadas, de modo que todos os trabalhos encontram-se no prelo.

Enquanto o trabalho elaborado para o Primeiro Seminário (de Releitura Crítica do projeto de Doutorado) foi adequado à forma de artigo; a atividade elaborada para o Seminário de Campos Temáticos, em função do seu elevado número de páginas, acabou sendo dividido em três ensaios diferentes, mas articulando a discussão em torno do debate central em todos eles (e também aqui, como veremos a seguir):

- i) Os problemas relacionados à geopolítica do saber e às epistemologias de promontório;
- ii) Os problemas políticos relacionados ao lugar de fala.

Em suma, este debate remete à narrativa e à representação como instrumentos de sujeição, como tentei abordar no trabalho do segundo seminário, depois dividido em três partes. Assim, no primeiro seminário, esbocei a precarização do indigenismo como sendo a degradação e crise de seu arranjo espacial e, com ele, em crise, o próprio trabalho indigenista. Por fim, a mobilização dos sujeitos em torno de agenciamentos cotidianos e de alienação do devir, através do consumo é o que tento mostrar de maneira enfática no quarto tomo de minha Tese de Doutorado, quando retorno a estes temas para delimitar, então, este universo como questões como registro de desordem Territorial.

Apresentarei a ordem destes trabalhos, já com os títulos que devem ser publicados, todos eles escritos em 2016 e remetendo ao período imediatamente anterior. Na sequência esboçarei um breve comentário afim de contemporaneizar os temas.

- a) *Terra, Trabalho, Conflito: Precarização e Desordem Territorial Indigenista no período (2007 a 2015), no prelo (2019), em Revista de Ciências Sociais – Política & Trabalho (Qualis A2);* Neste artigo, tomo as categorias acima para a compreender as transformações do espaço brasileiro durante os Governos Petistas, nos quais o país conheceu uma forte expansão econômica e do consumo;
- b) *A Divisão do Trabalho Indigenista no Brasil Contemporâneo: Narrativas, Representações e Conflitos (2007-2015),* primeira parte do trabalho de campos temáticos, foi submetida à *Revista de Estudios Socioterritoriales* da Universidad Nacional Del Centro de La Província de Buenos Aires, onde deverá ser publicado.
- c) *A desordem territorial indigenista e o etnicismo na Amazônia Contemporânea (Brasil, 2007-2105),* segunda parte do trabalho de campos temáticos, encontra-se submetido à *Revista Scripta Nova*, do Departamento de Geografia da Universidad de Barcelona;
- d) *Indigenismo, nacionalismo e Povos Indígenas no Brasil e na América Latina: Reflexão Teórica e Ação Política,* terceira e última parte do trabalho elaborado para o seminário de campos temáticos, foi submetido à *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.*

Por fim, a partir da interação com o indigenista Marco Targino, que atuou na Frente de Etnoproteção (dos índios Isolados) do Javari e propôs a e reflexão:

- e) *Os Korubo da Amazônia: Tutela, Geograficidade e Representação.* Escrito em co-autoria com Targino, este trabalho discute o uso político das representações por

parte da FUNAI junto aos índios isolados e foi aceito em alguns simpósios e congressos importantes de Geografia no Brasil e que, no momento, encontra-se submetido á Revista Espaço Ameríndio, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

O “novo”, um velho conhecido

Se com o Governo atual se intensificaram as ações ilegais na região Amazônia, como o desmatamento e o garimpo, inclusive no interior das áreas demarcadas, bem como se observa claramente o combate aos direitos indígenas e a reprodução de discursos de ódio contra estes sujeitos, inclusive baseados em falsos e infundados preconceitos, o forte ataque aos direitos indígenas, bem como a intensificação dos conflitos não se inicia no Governo Bolsonaro, mas com os Governos petistas, e além disso, com características novas:

- a) o surgimento do sujeito desterritorializado, atingido pelo grande projeto (hidrelétrico ou mineral), compulsoriamente obrigado a migrar em direção à periferia da cidade média amazônica, cada vez mais violenta;
- b) A emergência do conflito entre empresa x comunidade, superpondo-se ao não resolvido conflito entre camponeses x latifundiários. Pano de fundo destes conflitos, a continuidade do colonialismo interno durante os governos petistas no Brasil, que abandona velhas bandeiras como as reformas agrárias e urbana, afim de promover o desenvolvimento econômico à cidade por meio do consumo, ou, onde “o direito à cidade” se apresenta como o direito ao consumo, fundando uma sociedade perversa e geometricamente desigual.

Estas questões, em suma, são apresentadas no texto do Seminário de Releitura Crítica, onde também descrevo, pela primeira vez, o arranjo espacial indigenista, proto-categoria essencial para a compreensão da Ordem Territorial Indigenista, depois revelando-se como sendo o próprio agenciamento indigenista. De fato, as questões apresentadas nos trabalhos acima agravam ainda mais o déficit de instrumentos teóricos da geografia contemporânea. Apenas voltarei a estas questões nos tomos III e IV da tese. No entanto, devo reconhecer estas foram as questões originárias. entretanto, se as questões acima apresentam o léxico do debate contemporâneo sobre a desordem territorial indigenista, conceito a que, por fim, chegamos sobre este conjunto de questões, elas ainda consistiam nas questões possíveis apenas no contexto do paradigma territorial, não ultrapassando o conceito de unidade da natureza / diversidade da cultura (multiculturalismo) e nem mesmo, extrapolando em direção uma

noção mais concreta e material de território, veja-se as ênfases organização espacial e na evolução da forma da aldeia. Portanto, não há, nesta abordagem, uma ruptura ontológica, mas apenas o diálogo possibilitado entre os métodos de pesquisa etnográfico e as categorias analíticas da Geografia.

Entretanto, ao dialogar com o perspectivismo ameríndio, creio que a tese vai além. Buscando dialogar com o sentido de mundo ameríndio, ela coloca-se o desafio da *continuidade ontológica* com os mundos de vis]ao ameríndio, assumindo o xamanismo o papel que, na outra ordem, era do indigenista. Neste sentido, com este projeto, expresse meu interesse em investigar, discutir e registrar a geograficidade que se forja entre estes dois distintos “mundos de visão” ou “ordens de mundo”, indigenista e ameríndio. Uma breve síntese desta proposta é o que apresento a seguir. Enquanto na tese, seus dois primeiros tomos são dedicados á ordem ameríndia, com ênfase nos mitos, aqui abordarei primeiramente a (dês)ordem territorial indigenista, devendo o pesquisador interessado procurar a tese nos catálogos e repositórios eletrônicos.

II – DO CHÃO DA ALDEIA AO CHÃO DA PÁTRIA: AMAZÔNIA, BRASIL CENTRAL E AMÉRICA LATINA

Amazônia: territorialidades e conflitos

Como aponta o Prof. Carlos Walter Porto-Gonçalves, a Amazônia apresenta dois padrões de uso do solo, cada um apresentando sua própria temporalidade. O primeiro modelo, fundado na tríade “rio-várzea-floresta”, corresponde ao modelo do intercâmbio orgânico seja do indígena, seja do garimpeiro de origem sertaneja que permaneceu na região após o fim do ciclo da borracha, aderindo ao modo de vida amazônico. Com efeito, ainda hoje este modelo é bastante presente na região e remete, assim, à temporalidade do barco e da floresta. Por sua vez, o modelo “estrada-terra firme- subsolo” (a que se pode acrescentar contemporaneamente o ...-hidrelétrico) corresponde ao modelo *rodoviairista*, iniciado durante os chamados “anos dourados”, em fins dos anos 1950, sob a tutela do presidente Juscelino Kubistchek. Durante o Governo Kubistchek, sob o lema desenvolvimentista “50 anos em 5”, construiu-se Brasília e transferiu-se a Capital Federal para a região central do país, e ainda, iniciou-se abertura da Rodovia Belém-Brasília, que possibilitou uma ainda maior penetração de contingentes humanos em direção à Amazônia oriental.

Este modelo foi tocado adiante pelo regime civil-militar, que sob o lema *Integrar para não Entregar* passou a incentivar fortes investimentos na região, bem como a ida de colonos

sulistas e posseiros para a região. A política de favorecimento ao grande capital, em prejuízo dos posseiros e indígenas que já viviam na região foi denunciada pelo Bispo espanhol Dom Pedro Casaldaglia, em documento da época. Com efeito, empresas dos setores industrial e financeiro, como Banco Nacional e Bradesco; ou ainda, gigantes do setor automobilístico, como a Volkswagen, foram contempladas com grandes áreas de terras, ao mesmo tempo em que permaneciam latentes os conflitos por terra na região, que se passava tanto entre indígenas e garimpeiros, como entre camponeses e latifundiários.

Com efeito, este é o cenário de conflitos da Amazônia contemporânea que afeta diretamente ao cotidiano dos povos indígenas, seja em suas aldeias, seja em suas lutas por espaço no contexto de uma sociedade marcado pela colonialidade do poder e que gostaria de investigar e aprofundara ao longo deste curso de pós-doutoramento. Ao mesmo tempo, acredito que tal debate é extremamente relevante para tanto para a evolução do conhecimento acerca das diferentes matrizes de realidade que concorrem para o cotidiano das aldeias, desde o ponto de vista da organização social destes sujeitos; seja, ainda pela sua relevância para o processo democrático latinoamericano, sobretudo, em função da necessidade de refletir sobre as formas de re-existência contemporânea dos povos indígenas no contexto da articulação de escalas a que estão sujeitos.

Sujeito Pesquisador-Objeto de Pesquisa: Implicação e Localização Epistemológica

Como geógrafo, passei os últimos quinze anos envolvido em atividades indigenistas, seja no nível administrativo, como geógrafo da Fundação Nacional do Índio (2004-2015) atuando, sobretudo, na gestão territorial (das Terras Indígenas) e Cultural dos povos indígenas. Durante este período produzi também minha dissertação de mestrado em Arquitetura e Urbanismo (2010, na Universidade de Brasília), publicada em livro em 2015 pela Editora Multifoco (Rio de Janeiro), tendo se tornado importante referência sobre a organização do espaço indígena e indigenista no Brasil. Ainda neste período publiquei alguns ensaios teóricos realizados ao longo do curso de Mestrado, os quais encontram-se publicados em importantes revistas brasileiras das áreas de Geografia, Educação e Indigenismo.

A partir de 2015 ingressei na Universidade do Estado do Pará, como Professor Auxiliar, na cadeira de Geografia Humana e Ensino de Geografia, que atualmente tenho ocupado. Na Universidade, passei a refletir mais ainda mais teoricamente sobre os temas com os quais havia atuado no período anterior:

- a) Em função da emergência dos povos indígenas como categorias analíticas e sujeitos políticos na Geografia e nas Ciências Sociais, discussão possibilitada a partir do debate sobre o *lugar de fala*;
- b) Em função do grande interesse que a temática indígena desperta nos alunos, tanto dos cursos de Geografia e Ciências Sociais, quanto de outras disciplinas, como a pedagogia e a educação física, da Universidade do Estado do Pará, onde sou professor, justamente numa região de transição paisagística entre a Amazônia e o Brasil Central.

Do chão empírico ao horizonte teórico

Com efeito, tenho lecionado disciplinas de Geografia Humana e, por convite do coordenador do Curso de Ciências Sociais, a disciplina Etnologia Amazônica. Sendo estas duas minhas áreas principais de atuação, não necessariamente disjuntas, já que minha observação etnológica tem essencialmente um recorte geográfico, buscando enfatizar, em vários trabalhos:

- a) Sejam os *processos de territorialização/desterritorialização*, geralmente associados à projetos de capitalização do território explicados por muitas vias (por exemplo: a *tese da acumulação primitiva na Amazônia*, de Forewaker; ou a *renda diferencial da terra* (Ariovaldo Oliveira e Ruy Moreira), ou ainda a teoria da fricção interétnica (de Roberto Cardozo de Oliveira), dentre muitas outras hipóteses que buscam explicar o o processo contemporâneo de territorialização na Amazônia;
- b) Seja ainda, numa pegada mais morfológica, *a evolução e a transformação do espaço nas aldeias*, relacionada a tais processos, incluindo a evolução da forma arquitetônica e alienação do cotidiano pelo consumo, tudo isto resultando no estudo do arranjo espacial indigenista, como procurei realizar (AMPARO, 2016a e AMPARO, 2016b).

Ou, ainda:

- c) As lutas contemporâneas *por espaço* dos povos indígenas, que remete, de um modo geral, à luta por alternativas diante da colonialidade do poder na América Latina, que se exprime tanto pelo a) arranjo jurídico-normativo, com a institucionalização do racismo; b) pela própria estrutura do Estado; Estas lutas remetem ainda à própria luta seja por Terra, quais, sejam os regimes do *indigenato*

ou a *política de reservas* e seu corolário, o “nativo ecológico”), algo no sentido lefebvriano do “direito à cidade” (modelos de integração); e, ainda, a luta por Território, ou seja, pela autonomia de seus modos de vida e o respeito aos regime jurídico e à ordem ancestral.

Ao longo dos últimos anos, portanto, tenho buscado abordar estas questões, tendo elaborado uma fecunda gama de ensaios e artigos que, de certo modo, inauguram o debate sobre os povos indígenas na Geografia do século XXI, esboçando um forte diálogo tanto com geógrafos brasileiros que estimularam minhas pesquisas (como Rogério Haesbaert, Ruy Moreira e Carlos Walter Porto-Gonçalves), mas também com um forte diálogo com a etnologia e as ciências em geral.

De fato, tenho buscado nestes trabalhos – por meio dos sujeitos que tomei por objeto de análise, os povos indígenas – dialogar com as diferentes disciplinas não somente das ciências humanas, com os fins de enriquecer conceitualmente nossa disciplina, e ao mesmo tempo, participar ativamente das polêmicas e discussões suscitadas pelas diferentes interpretações da *aldeia*, desde os mais variados pontos de vista, mas, sobretudo, enfatizando a realidade empírica do espaço vivido por estes sujeitos. Com efeito, o *chão* da aldeia é realidade geográfica que empresta fundo às figuras do cotidiano indígena, cuja alienação objeto desta investigação.

Conflitos (Territoriais) indigenistas Contemporâneos: léxicos e escalas

Entretanto, é a leitura dos textos etnológicos quem atribui ao espaço e à geograficidade uma importância capital no fluxo de relações sociais dos espaços ameríndio e indigenista. A centralidade do espaço emerge, assim:

- a) No interior da aldeia, entre as diversas comunidades de substância, através da *corporalidade* e das relações de *proxemia* estabelecidas pelos arranjos (territoriais) de parentela, que determinam, por exemplo, o local onde fazer a casa, a divisão das áreas de roça e de caça, dentre outros fluxos da economia doméstica (Viveiros de Castro, 2018);
- b) Na relação entre os índios e os regionais, marcada pelos fluxos históricos de expansão territorial em direção às terras de perambulação indígena (qual seja a via interpretativa, se *renda diferencial*, *fricção interétnica* ou *acumulação primitiva*);
- c) Seja, ainda, através das articulações de escalas que concorrem para o cotidiano da aldeia contemporaneamente, que extrapolam as escalas da aldeia, do território

“tradicional” e mesmo regional e nacional e internacional. Se, para os indígenas, o “novo” é o Nacional, a partir do século XIX e, sobretudo no XX, no contexto do pós-colonialismo e das repúblicas latinoamericanas e inauguração do colonialismo interno nestes países (Zibech, 2012); em fins do século XX e início do século XXI, o “novo” é a articulação na escala global, sob a hegemonia do capitalismo precário etnicista, e neocolonial e sob a hegemonia, o multiculturalismo o ongueiro.

Com efeito, afim de problematizar as questões trazidas por estas questões ao debate indigenista no Brasil, gostaria de acrescentar, com especial urgência, os seguintes léxicos, que emergem desde o movimento indígena panamericano:

- a) As lutas por *Território, Dignidade e buen vivir*, palavras de ordem do movimento indígena andino;
- b) O léxico territorial que emerge no movimento indígena mexicano, de cujos processos emergem os discursos por *Autonomia e Autogestão* ante o *Malo Gobierno* (o governo marcado pela colonialidade do poder);
- c) O léxico do *Nacionalismo de Base Étnica*, que surgindo como debate político-filosófico no México dos anos 1930 a 1970, será efetivamente posto em prática em prática em países como Bolívia e Equador, ambos Estados Plurinacionais;

III – ORDENS DE MUNDO E SUAS ONTOLOGIAS: O ESPAÇO AMERÍNDIO E INDIGENISTA

Léxico e ontologia

Os três léxicos vistos acima nos coloca diante de temas como da (Des)Ordem territorial Indigenista e dos *arranjos político-normativo* (sujeição pelo estatuto) e *cultural-ideológico* (sujeição pela ideologia do trabalho) que, de certo modo, vão fornecer o solo para a repercussão posterior de temas e leituras decoloniais, com base sobretudo em Hectór- Diaz-Polanco, Walter Mignolo, Boaventura de Souza Santos, dentre outros. De certo modo, tendo por objeto a sujeição dos indígenas através da alienação do devir indígena pelo cotidiano (AMPARO, 2019).

A rejeição às ontologias indígenas se apoia ainda hoje no modelo colonial de administração de terras e pessoas. Com efeito, como no antigo regime jesuíta das *encomiendas*, administração a sujeição/alienação imposta pelo indigenismo aos indígenas é mobilizada, primeiro (até meados do século XX) em torno das categorias “trabalho” e “uso

produtivo” da terra (tendo como argumento a ideia tão antiga quanto preconceituosa da indolência destes sujeitos) e no momento atual, pelas ideologias do essencialismo étnico (estatutos do tipo “nativo ecológico”) e a *política de reservas* (AMPARO, 2019).

Duas ordens de mundo

De certo modo, o indigenismo, seja como política fundiária, seja como sujeição colonial, deixando de tomar o próprio ponto de vista do indígena, está ele próprio como um saber a serviço de um poder, fazendo com que este debate caba por retornar ao antigo debate entre Sepúlveda e Las Casas, havido nos primórdios da colonização. Com efeito, Terence Turner nos mostra, que os Kayapó-Mebengokré se aliaram aos indigenistas para obter mais facilmente objetos de consumo por uma via fácil que as antigas e cada vez mais perigosas expedições guerreiras, características destes indígenas (AMPARO, 2019). Entretanto, este léxico estaria incompleto, se deixássemos de mencionar:

- A) O *perspectivismo* e a *cosmopolítica*, que tem por principais referências o antropólogo Eduardo Viveiros de Castro e as obras mitológicas de Levi-Strauss. Embora não o possa aprofundar aqui, seguramente o farei ao longo do estágio pós-doutoral, o *perspectivismo* ameríndio remete a uma ordem que transcende à escala cósmica, e que por isso, pode ser compreendida desde o debate com a etnologia pós-estruturalista, em particular a partir de autores como Eduardo Viveiros de Castro, Terence Turner e Manuela Carneiro da Cunha, dentre outros. Por fim, este último léxico remete às ontologias indígenas e suas formas de conceber o mundo. Para Viveiros de Castro, ela diverge do multiculturalismo, na medida em que este toma a unidade da natureza por oposição à diversidade do espírito. Diferentemente, o pensamento ameríndio, ao que parece, toma unidade do espírito em relação à diversidade da natureza, ou o multinaturalismo;
- B) Estes léxicos são relevantes não apenas porque emergem da própria realidade vivida pelos sujeitos em causa em luta com as múltiplas formas de colonização ainda presentes no continente latinoamericano e que lhes afeta diretamente o cotidiano, sobretudo pelo impacto do consumo e dos modelos de desenvolvimento (os grandes projetos) pensados não apenas fora dos territórios impactados e com limitado diálogo com os grupos afetados. Com efeito, não raro os grandes projetos são implantados com um limitado diálogo junto às populações que serão direta ou indiretamente afetadas por tais projetos. Além disso, este diálogo costuma ser

marcado por estratégias de sequestro de fala e manipulação, como tentei mostrar em trabalho no prelo, fruto do Seminário de Campos Temáticos de meu curso de Doutorado em Geografia, na UFF.

Com efeito, temos demarcadas duas ordens de mundo (ver Quadro 1):

1. A *Ordem Territorial Indigenista*, na qual o Território é o conceito central e o mote são as lutas por espaço, lugar de fala, a vivência de múltiplos territórios e os processos de des-re-territorialização que, de certo modo, toma a unidade da natureza como conceito, em relação à diversidade cultural. Aqui incluem-se ainda as lutas das mulheres indígenas contra superinflação da papel dos homens na aldeia, decorrente do próprio aspecto misógino imposto pela ordem colonial e ainda hoje presente nas aldeias.
2. A *Cosmopolítica*, que remete a uma Ordem Cósmica Ameríndia, cuja geograficidade é marcada pela unidade do espírito e pela diversidade da natureza, tendo na *intercorporalidade* (ou no corpo inscrito) o seu conceito central.

A *(Des)Ordem Territorial Indigenista* remete ao indigenismo e ao debate político no Brasil e na América Latina, incluindo os debates sobre o Sistema de Reservas em relação aos modelos de Autoonomia e Autogestão; ou ainda à crítica ética ao neocolonialismo, enfatizando a localização dos discursos e o papel das representações ideológicas.

Por sua vez, *perspectivismo e multinaturalismo* remetem à *noosfera* e às ontologias indígenas, colocando a necessidade de uma reflexão não apenas política, mas sobretudo epistemológica, que gire, mais precisamente, em torno dos temas e das narrativas mais próximas das ontológicas ameríndias. Nesse sentido, a importância capital das *Mitológicas* de Levi-Strauss consiste na seu poderoso argumento em torno da unidade cultural ameríndia, ainda que este autor resista ao debate sobre o que ele próprio chama de “forças de fragmentação”, inexistente em sua obra, porém mote do primeiro grupo de abordagens, as abordagens indigenista.

	(Des)Ordem Territorial indigenista	Ordem Cósmica Ameríndia
<i>Estatuto da Alteridade</i>	Banco x Índio	a) Afinidade/Alteridade; b) Humanidade/Animalidade c) Natureza, cultura, Sobrenatureza
<i>Categoria de Análise Geográfica</i>	Território, arranjo territorial indigenista	Corpo, Espaço
<i>Escala</i>	Aldeia, Cidade, Região, Estado territorial e Global	a) Corpo-aldeia-cosmos, b) Pátio, Casa, Terreiro, Floresta, subterrâneos e céus

		(atmosférico e cósmico)
<i>Artífice/Operador do agenciamento</i>	Indigenismo	Xamanismo
<i>Base teórica da Interpretação</i>	Multiculturalismo, Essencialismo	Multinaturalismo, afinidade
	a) Tutela, sujeição, trabalho, política de reservas, ambientalismo; a) Autonomia, Autogestão, Plurinacionalismo	a) Relação Sogro-Genro e economia da dádiva; b) economia da sexualidade, a carne e a caça, etc.c) Os <i>logros</i> da aliança e da filiação
<i>Regime Semântico</i>	Representação	Transparência
<i>Orientação do devir</i>	<i>Transcendência</i> dos sujeitos, pelas ideologias do Trabalho ou ambientalista (<i>alienação</i> do devir pelo cotidiano através consumo)	<i>Imanência</i> , os vários devires da alteridade: devir-bicho, devir-planta, devir-fantasma, etc. (alteridade radical), transformação dos sujeitos em função do maior ou menos grau de humanidade (etiologia dos animais e astros celestes que eram humanos, por exemplo).

Quadro 1: (Des)Ordem Territorial Indigenista e Ordem Cósmica Ameríndia.

Pretendo, ao longo do estágio, aprofundar os temas aqui abordados, colocando-os em debate tanto nos espaços acadêmicos do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, em particular no âmbito do projeto ALICE, bem como retornar ao campo, afim de apresentar e dialogar com indígenas e indigenistas sobre estas duas ordens de mundo.

Na primeira frente, a investigação sobre a Ordem Territorial Indigenista, gostaria de dar continuidade à perspectiva teórica que tenho realizado nos últimos anos, a realização de atividades de campo no Brasil e na América Latina, com a finalidade de realização de pesquisa sobre a *Processo de Territorialização em contextos de Colonialidade do Poder e Re-existência étnico(-nacional)*. Esta atividade terá por um interlocutor indigenista e um interlocutor indígena, ambos residentes no Brasil.

Já em relação à *Ordem Cósmica Ameríndia*, gostaria de aprofundar, desde a geografia, a onipresença do espaço imanente a este léxico. Assim, este léxico busca aprofundar o debate sobre *lugar de fala*, por meio do debate sobre o estatuto da alteridade, demarcada não pela diversidade cultural, mas pela diversidade de naturezas (corpóreas) dos fenômenos, donde se fala mesmo em “alteridade radical”, quando esta se irrompe. Com efeito, e em busca da *continuidade ontológica* em relação aos saberes ancestrais e às formas ameríndias de pensar o mundo, como proposto (por Viveiros), este léxico – o perspectivismo geográfico – busca compreender a geograficidade dos *mundos de visão*, a partir da relação entre as categorias “cultura-natureza-sobrenatureza”. As atividades de campo relacionadas a este léxico poderão realizadas em aldeias indígenas situadas Amazônia e no Brasil Central, Tocantins, Mato

Grosso e Pará, Brasil. Eventualmente poderão realizadas atividades a outras localidades, inclusive fora do país.

Atividades a serem realizadas decorrentes da pesquisa

Ao longo da realização do pós-doutoramento, e após realização de pesquisa teórica e atividades de campo indigenista, pretendo realizar as seguintes atividades, ambas resultando em publicações acadêmicas, podendo ser replicadas em cursos e outras atividades acadêmicas:

- I)** *O roubo do fogo e outras histórias*: Série de atividades com convidados indígenas a ser realizada na aldeia Las Casas, em espaços acadêmicos e Escolas Regionais dos estados brasileiros envolvidos, bem como em outros espaços que houver, conforme calendário específico. O objetivo desta série de atividades é possibilitar o diálogo entre os saberes ancestrais indígenas e as populações no entorno das aldeias (sobretudo escolares e universitárias), numa luta epistêmica iluminada pelas concepções indígenas de alteridade, que remetem às direções primeiro da entre a) humanidade/animalidade fenomênica e, ainda, b) natureza, cultura e sobrenatureza, um mundo regido por aliança e filiação e cuja ordem de mundo se estabelece pela transformação corporal dos sujeitos, a que autores mencionados, como Viveiros de Castro e Levi-Strauss, chamam de *imanência* do cosmos, dada pelos mitos, algo próximo do holismo contemporâneo;
- II)** *A Desordem Territorial Indigenista*, ciclo de atividades com indígenas e indigenistas, para o debate sobre as questões envolvendo os conflitos territoriais contemporâneos, enfatizando as formas contemporâneas de colonialidade e racismo do poder e as representações utilizadas para o processo de sujeição (neo)colonial. Uma vez que indigenismo se apresenta como um saber a serviço de um determinado exercício de Poder, qual seja: despótico, moderno-colonial, agora plasmático: ongueiro, empresarial, multiestatal (como nos mostram Ramos, Baines e Amparo, Camely), ele se abstém dos debates sobre autonomia, autogestão e plurinacionalismo.

IV – INDIGENISMO, COTIDIANO E ALIENAÇÃO: A QUESTÃO ÉTICA

O indigenismo torna-se, na América Latina, o *locus* do debate sobre o futuro – o *devenir* dos povos e nações ameríndias, o que nos compele, ao debate ético, por exemplo, como

queria o Prof. Roberto Cardozo de Oliveira, em relação ao *Etnodesenvolvimento*. O *Etnodesenvolvimento* é um propalado conceito que orienta a política indigenista contemporânea, nos moldes de uma extensão rural que, em sua obscuridade, não discute sobre si próprio. De um modo geral, os projetos de etnodesenvolvimento encaminham os indígenas no sentido da integração pela via do indigenato, a formação de um campesinato indígena, que se daria *naturalmente*. Entretanto, este naturalmente é, antes de tudo, representações e narrativas que não se sustentam diante de uma reflexão ética mais profundo. Com efeito, os indígenas tem insistidas vezes recusado a sujeição pela via do indigenato, imposto pelo modelo colonialista. Florestan Fernandes já mostrava em antigos trabalhos, as diferentes reações indígenas ao processo de conquista colonial no Brasil, que iam da submissão à guerra e à reterritorialização

O indigenato, assim, legitima o indigenismo clássico (rondoniano) e serve ao interesse do Estado, da integração pela via da formação de uma classe indígena camponesa, orientada para a produção de gêneros agrícolas. Entretanto, esta realidade se transforma com o Parque do Xingu (década de 1940), que funda um indigenismo de bases científicas, repercutindo, de certo modo, a antropologia difusionista de Franz Boas (em voga na época), através do antropólogo Eduardo Galvão, um dos idealizados do Parque, com Darcy Ribeiro e os irmãos Villas-Boas, sob a chancela do agora Marechal Rondon. Isto faz surgir o modelo “amazônico”, por oposição ao matogrossense, ou seja, o das grandes áreas territoriais para a preservação das diversidades ecológicas e cultural; ao passo que o modelo matogrossense é o modelo de pequenas áreas fragmentadas, orientadas para o indigenato e que exprime um Indigenismo mais propriamente como política agrícola-fundiária que como política cultural.

Ainda hoje há um forte conflito em torno da orientação ideológica da política indigenista, com relação aos diferentes sujeitos que nela militam mesmo entre no interior das comunidades indígenas, já diretamente afetadas sobretudo pela expansão do consumo. Re-existindo ao indigenato, no entanto, os indígenas brasileiros encontram-se diante de grandes desafios, sobretudo com a ascensão ao governo do presidente ultradireitista Jair Bolsonaro, porta-voz de discursos contrários aos direitos indígenas.

Com efeito, a crise do arranjo espacial indígena não remete ao Governo Bolsonaro, mas ao tempo longo da história colonial e as marcas de colonialidade que ainda hoje orientam a vida social das ex-colônias, em claro prejuízo contra as populações subalternas diante de sujeitos hegemônicos que, geralmente remetendo às rearrumações do Capitalismo a nível global e ao recuo do Estado de Bem Estar Social nos países periféricos, faz com que o

momento atual seja de grande tensão para os povos indígenas, com o aumento dos conflitos em todo o país, a expansão de graimpos e desmatamentos, invasões às terras indígenas e paralisação das demarcações e recuos de direitos. Um cenário ainda mais grave que aquele por mim descrito durante atividade de campos temáticos, em 2016. A tendência de crise do arranjo territorial, no entanto, se acentuou. Do mesmo modo, a tendência à precarização e ao aumento dos conflitos em todas as regiões do país.

Referências Bibliográficas:

AGAMBEN, Giorgio. *Que é o contemporâneo e outros ensaios*. Argos – Editora da Universidade Estadual de Chapecó, Chapecó, 2009, p. 63. Tradução: Vinícius Nicastro Honesko.

------. “La potencia del pensiero”. In: *Revista do Departamento de Psicologia - UFF*, v. 18 - n. 1 (p. 11-28), Niterói, jan./jun. 2006.

AMPARO, Sandoval dos Santos. *Da ordem cósmica à desordem territorial: a geograficidade ameríndia no chão de Abya Yala ou América*. Tese de Doutorado em Geografia, PPGeo-UFF, Niterói, 2019.

------. *Sobre a organização espacial dos Kaingáng, uma sociedade indígena Jê Meridional*. Editora Luminária Acadêmica, Rio de Janeiro, 2015;

AMPARO, Sandoval dos Santos. *Sujeito-Objeto e Narrativa: Cartografia das Posições Indigenistas, Colonialismo e Mais (ou Neo) Colonialismo: Localização Epistemológica de nossa Pesquisa*. Seminário de Campos Temáticos, PPGeo, Niterói, 2016.

------. “O lote e a maloca: Territorialização indigenista, mudanças no saber – fazer arquitetônico e a evolução da paisagem nas aldeias indígenas. um estudo de caso a partir dos kaingáng”, *Revista Pós-* (p. 26-46), Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, V. 23, N. 40 (p. 26-46), São Paulo, outubro de 2016 – Edição Bilingue (Português-Inglês).

------. “Ambientalismo, Povos indígenas e Comunidades ‘tradicionais’: Aspectos Políticos e Socioterritoriais”, *Revista de Geografia, PPGeo-UFPE*, V. 31 (p. 7-28), n. 2, Recife, 2014.

------. “Questão Indígena como Questão Urbana”. In: *Revista Ensaios de Geografia*, V. N. PPGeo-UFF, Niterói, 2012.

----- . “Indigenismo como Processo de Territorialização: Introdução ao Estudo sobre a forma das aldeias indígenas brasileiras”. In: *Revista EDUCAmazônia*, Universidade Federal do Amazonas, V. 8, N. 1 (p. 50-75), Humaitá/Manaus, 2012.

----- . “Da invisibilidade da questão indígena na geografia: relato de participação no V Simpósio Nacional e I Internacional sobre Espaço e Cultura”. IN: *Revista de Estudos e Pesquisas*, V. 4, N. 2 (p. 253-274), Fundação Nacional do Índio, Brasília, 2007 (publicada em 2011).

BAINES, Stephen. “Imagens de liderança indígena e o programa Waimiri-Atroari: índios e usinas hidrelétricas na Amazônia”. In: *Revista de Antropologia*, V.43, N. 2, São Paulo, 2000.

BRETÓN, Víctor. “A vueetas con el neo-indigenismo etnófago: la experiencia Prodepine o los limites del multiculturalismo neoliberal”. In: *Iconos, Revista de ciencias sociales*, no 29 (P. 95-104), Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales – Sede Académica de Ecuador. Quito, Septiembre, 2007.

CASALDAGLIA, Dom Pedro, *Carta Pastoral*, Confederação Nacional dos Bispos do Brasil, Rio de Janeiro, 1971.

CAVALCANTI-SCHIEL, Ricardo. “A política indigenista, para além dos mitos da segurança nacional”. In: *Revista de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo*, V. 23, N. 65, São Paulo, 2009.

CRUZ, Valter Carmo. *Lutas Sociais e Reconfigurações Identitárias: Estratégias de Reapropriação Social do Território na Amazônia*. Tese de Doutorado em Geografia, PPGeo-UFF, Niterói, 2011.

----- . “Das Lutas por Redistribuição de Terra às Lutas pelo Reconhecimento de Territórios: uma nova gramática das lutas sociais? ”. In: Henri Acselrad. (Org.). *Cartografia social, terra e território* (p. 119-176), Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2013, v. 1.

GLENDHILL, John. “Limites da autonomia e da autodefesa indígena: Experiências Mexicanas”. In: *MANA – Revista de Antropologia do Museu Nacional*, N. 18, V. 3 (p. 449-470), UFRJ, Rio de Janeiro, 2012.

GOMES, Mércio Pereira. “Porque sou rondoniano”. In: *Revista de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo*, V. 23, N. 65, São Paulo, 2009.

- GUATARI, Felix. *As três ecologias*. Editora Papirus, 11ª. Ed, Campinas, 1990, p. 23 e 30.
Tradução de Maria Cristina Bittencourt.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Editora Lamparina, 2014.
- HAEASBERT, Rogério. *O mito da desterritorialização: do “fim” dos territórios à multiterritorialidade* (p. 73). Editora Betrand Brasil, Rio de Janeiro, 2010.
- , “Concepções de Território para entender a des-territorialização” in SANTOS, -----, *Viver no Limite*, Ed. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 2015.
- HOBBSBAWN, Eric. *Nações e Nacionalismo desde 1780: Programa, mito e realidade*. Editora Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 2011.
- LEA, V. “Desnaturalizando o gênero na sociedade Mebengokré” (p. 185). In.: *Revista de Estudos Feministas*, Vol. 7, N. 1 e 2 – *Dossiê Mulheres Indígenas* (p. 177-92), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1999.
- LEFEBVRE, H. *Espaço e política*, Editora UFMG, Belo Horizonte, 2008. Tradução: Margarida Maria de Andrade & Sergio Martins.
- LINERA, Álvaro Garcia. “Indianismo y Marxismo: el desencuentro de dos razones revolucionárias”. In: *Cadernos da América Latina N. 2*. (p. 477-500), CLACSO – Conselho Latino-americano de Ciências Sociais, São Paulo, 2008.
- MALERBA, Juliana. “Mineração e questão agrária: as reconfigurações da luta pela terra quando a disputa pelo solo se dá a partir do subsolo”. In: CANUTO, Antonio, LUZ, Cassia Regina & ANDRADE, Valentim Pinto [COORD], *Conflitos no Campo – Brasil 2015* (p. 23-42). Comissão Pastoral da Terra, Goiânia, 2015.
- MARX, Karl. *O Dezoito Brumário e Cartas a Kugelmann*. 5ª edição, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.
- MASCARENHAS, Suely Aparecida do Nascimento; AMPARO, Sandoval dos Santos et alli (ORGs.). *Em busca de Justiça Social, Cidadania, Democracia, Sustentabilidade e Qualidade de Vida em Contextos amazônicos*. Pesquisa em Educação, Psicologia, Sociedade e ambiente. 1ª. Ed., Edições Loyola, São Paulo, 2015.

- MIGNOLO, Walter. “Espacios Geográficos y localizaciones epistemológicas: la ratio entre localización geográfica y la subartenización de conocimientos”. In: *Revista GEOgraphia* (p.7-28), ano 7, no 13, PP GEO-UFF, Niterói, 2004.
- MONDARDO, Marcos Leandro, 2013. “O direito ao território tradicional Guarany Kaiwá em Mato Grosso do Sul: in-segurança, biopolítica e estado de excessão”. In: *Núcleo de Estudos da Reforma Agrária – NERA/UNESP*, Presidente Prudente, outubro de 2013;
- MOREIRA, Ruy. Para onde vai o conhecimento geográfico?: por epistemologia crítica. São Paulo: Editora Contexto, 2006, p. 106-7.
- . *Pensar e ser em Geografia*. São Paulo: Editora Contexto, 2011.
- MORIN, Edgar. *Introdução ao pensamento complexo*. Porto Alegre: Editora Sulina, 2005.
- OLIVEIRA FILHO, João Pacheco. “O nosso Governo”: os ticuna e o regime tutelar. São Paulo/Brasília: Editora Marco Zero/CNPQ, 1988.
- OLIVEIRA, Roberto Cardozo. “Ação Indigenista, eticidade e o diálogo interétnico”. In: *Revista de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo*, V. 14, N. 40, São Paulo, 2000;
- POLANCO, Hector Diaz, *El canon snorri*, Universidad Autónoma de la Ciudad de México, México, 2004.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *Amazônia, Amazônias*, 3ª ed., Contexto, São Paulo, 2010.
- . “A geograficidade do social: uma contribuição para o debate metodológico sobre estudos de conflito e movimentos sociais na América Latina” in SEOANE, J. (Org.), *Movimientos Sociales y conflictos em América Latina*, CLACSO, Buenos Aires, 2013.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter *et alli*. “Bye bye Brasil, aqui estamos: a reinvenção da questão agrária no Brasil”. In: CANUTO, Antonio, LUZ, Cassia Regina & ANDRADE, Valentim Pinto [COORD], *Conflitos no Campo – Brasil 2015* (p. 23-42). Comissão Pastoral da Terra, Goiânia, 2015.
- RAMOS, Alcida Rita. “O índio hiper-real”. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, N. 28, Brasília, 1992.

- RAMIREZ, Gustavo Zalpa & BECERRIL, Luis Ernesto Solano. “Um recorrido por la historia de las politicias culturales indigenistas em Mexico. In. *Revista Interdisciplinar em Cultura e Sociologia (RICS)*, São Luis, V. 1, N. 1 (p. 65-82), jul/dez de 2015, p. 77.
- SÁ, Cristina. *Aldeia de São Marcos: transformações da habitação de uma comunidade Xavante*. Dissertação apresentada para obtenção do grau de Mestre em História da Arquitetura. USP, São Paulo: 1982.
- SEGATTO, Rita. “Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial”. In: *E-Cadernos do Centro de Estudos Sociais de Coimbra* (p. 106-31), N. 18, CES, Coimbra, 2012.
- SANTOS M. & BECKER, B. et *alli Território, territórios: ensaios de ordenamento territorial* (p.43-71). Ed. Lamparina, Rio de Janeiro, 2011.
- SEOANE, J. (Org.), *Movimientos Sociales y conflictos em América Latina*, CLACSO, Buenos Aires, 2013.
- UMBELINO DE OLIVEIRA, Ariovaldo. *A geografia das lutas sociais no campo*. 4ª ed., Editora Contexto, São Paulo, 1990.
- In: “Camponeses, indígenas e quilombolas em luta no campo: a barbárie aumenta”. CANUTO, Antonio, LUZ, Cassia Regina & ANDRADE, Valentim Pinto [COORD], *Conflitos no Campo – Brasil 2015* (p. 23-42). Comissão Pastoral da Terra, Goiânia, 2015.
- WALLERSTEIN, Immanuel, 1998, *Perpectivas*, São Paulo, N. 20/21 (p. 249-267), 1997/1998.
- VALDEZ, Eduardo Devés. “El pensamiento indigenista em América Latina 1915-1930”. In. *Archivo Chile – História Social e Movimento Social*, Santiago, sem data.
- VIVEIROS DE CASTRO, E. *Metafísicas canibais: elementos para uma antropologia pós-estrutural* (p. 26). Ubu Editora/ N1 Edições, São Paulo, 2018.
- ZIBECH, Raul. *Brasil Potencia: entre la integración regional y um nuevo imperialismo*. Ediciones Desde Abajo, Bogotá, 2012.